

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

PNLD: “Garantia de qualidade dos livros didáticos de História”?

Angela Ribeiro Ferreira*

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a qualidade dos livros didáticos no que se refere a incorporação da história das mulheres no Brasil. A questão a ser pensada é: será que a avaliação feita pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD garante a qualidade do material? Existe uma preocupação, dentro dos parâmetros nacionais para o ensino de história, e nas discussões de pesquisadores e professores da área que é a inserção, na escola, dos debates sobre as relações de gênero, mas em que medida essa preocupação faz parte do trabalho de autores e editores na produção do livro didático? Ao analisar os livros aprovados pelo PNLD e utilizados nas escolas públicas do país percebe-se claramente um distanciamento entre qualidade e história das mulheres. Tais elementos são colocados em discussão diante da necessidade da sua urgente consideração para a formação de identidades pessoais e políticas que condigam com o atual estágio das práticas e reconhecimentos jurídico e social dos direitos referentes à condição feminina.

Palavras-chave: livro didático, história das mulheres, PNLD.

Abstract

This work aims to set a discussion about the quality of didactic books considering the insertion of the women history in Brazil. The question is: does the assessment done by National Plan of Didactic Book – PNLD guarantee the material quality? Inside national parameters for history teaching and among researchers and teachers there is a concern on insertion of debates about gender relations. But, how much are authors and editors worried about it when producing the didactic book? Though the analysis of the didactic books approved by PNLD and used in Brazilian public schools can be noticed a position of distance between quality and women history. Such elements are put in discussion due to the necessity of their urgent consideration to form personal and political identities in the same level of the praxis and social-juridical recognition of the rights concerned to women condition.

Key-words: Didactic book; Women history; PNLD.

A problemática que envolve o livro didático hoje não diz respeito apenas ao Brasil, embora aqui o problema seja amplamente pensado por conta das políticas públicas destinadas à compra e distribuição gratuita de livros didáticos. No México, por exemplo, existe uma preocupação com as novas demandas incorporadas ao livro, como a utilização de imagens, e a

* Mestre em Educação e Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, na área de Ensino de História.

precariedade da formação dos professores para a exploração do material (OSORIO, 2005). Ou a constatação na análise de livros para a escola básica nos EUA, de como a mulher é inserida nos objetivos e explicações da história do mundo, ou seja, como ela é raramente inserida (HARRIMAN, 1997).

Uma preocupação hoje é que as pesquisas históricas surgem de carências de orientação no presente, e elas precisam retornar à sociedade como resposta – função social da pesquisa. A historiografia sofre uma pressão social decorrente dos temas e questionamentos que preocupam as pessoas das várias sociedades e grupos em tempos específicos, contribuindo para a formação da identidade desses mesmos grupos e sociedades no tempo. Como salienta Pollak (1992, p. 204) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

Os grupos precisam construir a sua identidade e isso não se faz isoladamente, é necessário o reconhecimento social e este pode ter como via a escola, na medida em que esse complexo de narrativas e idéias que justificam ou explicam as posições dos sujeitos agindo no tempo afeta, entre os vários espaços da existência social, a Educação. Por exemplo, as concepções de História presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) filiam-se genericamente às propostas de uma “nova História”, absorvendo inclusive a temática das mulheres. No mesmo sentido, em tese, esse debate deveria ganhar espaço nos materiais didáticos. Todavia, isso não pode ser comprovado de modo tão direto quanto nos PCN, que podem ser vistos como uma tentativa de síntese e absorção dos debates sociais e acadêmicos para a agenda da escola.

Cabe, entretanto, reconhecer que a primeira demanda de um autor ou autora de livro didático é a necessidade de ter leitores. Assim, verificando que determinada parte do público não se afina com as perspectivas historiográficas e políticas emergentes, autor / editora podem elaborar seu material tendo em vista a satisfação desse público.

Os Parâmetros, como as demais estruturas curriculares em História no passado, propõem que se deve ensinar uma História que forme cidadãos, sujeitos políticos ativos na sociedade. Mas será que a História que está sendo ensinada, a política de escolha dos conteúdos, permite essa construção da cidadania? Para formar um cidadão, um indivíduo com plena consciência histórica e social, que entenda e perceba a si próprio como sujeito histórico, é imperativo, além de um ensino de História que inclua todas as pessoas como sujeitos históricos, que se faça também uma reflexão sobre como, historicamente, essas subjetividades se constituíram.

Como contribuir para democratizar a sociedade dentro dos padrões contemporâneos, colocando em pauta a questão dos direitos das mulheres, formar cidadãs que tenham consciência do seu papel na sociedade, se na escola a criança sempre estudou uma “história masculina”, na qual os sujeitos são sempre homens? As mulheres raramente se viram como sujeito na História ensinada; já dizia Simone de Beauvoir, numa frase da década de 1950, bastante citada nos estudos sobre esse tema, que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher conhecendo a sua história. Diante disso é imperativo incluir a mulher na História ensinada, tratar dos papéis vividos pelas mulheres no decorrer da história do Brasil.

De certa forma, o ensino de História é também um exercício de identidade para aqueles que aprendem, na medida em que se vêem representados na narrativa, pelo menos como herdeiros daquele passado. O padrão do ensino da História no Brasil foi originalmente forjado para um público, elitista e masculino, e não é despropositado imaginar que guarda, até certo ponto, essas marcas de origem. No entanto, a educação se universalizou, as classes populares e as meninas passaram a ter acesso à escola e o ensino que recebem continua em parte preso aos moldes desenvolvidos para educar a elite. Para formar o “povo” é necessário incluí-lo na história e não educá-lo numa escola que reforça e legitima a sua exclusão. As pessoas precisam estudar uma história em que se percebam parte do todo e não meros figurantes no processo histórico (FONSECA, 2003).

O ensino de História dará conta de formar um cidadão crítico quando este for capaz de compreender que, por exemplo, a condição feminina de inferioridade e o pensamento de que a submissão ao marido, o amor materno, etc. não são naturais da mulher, mas pensamentos construídos ao longo da história.

Uma série de demandas sociais compõe a história nos livros didáticos, é o caso da história das mulheres. No entanto, são temas que não buscam mudanças estruturais, são reivindicações de alguns grupos, melhorias muito definidas que atendem a demandas identitárias de um ou outro grupo social, que servem para pontuar ou qualificar o livro e não para desclassificá-lo.

História das Mulheres: a qualidade dos livros didáticos

Ao analisar algumas coleções de livros didáticos que permaneceram na lista de aprovados do MEC na avaliação de 2002 e 2005, vários problemas podem ser identificados no que se refere à inclusão da história das mulheres e de outras demandas sociais.

Dentro das coleções de livros didáticos selecionados¹ foram escolhidos para estudo os capítulos que tratavam da história do Brasil, visto que o interesse era analisar as representações sociais de mulher produzidas na historiografia nacional.

O livro de José Roberto Martins, embora cite algumas vezes a participação da mulher, não inova, pois a mulher aparece nos assuntos que tradicionalmente elas estão (sociedade patriarcal, trabalho escravo doméstico, trabalho das operárias nas fábricas). Apenas no último volume, de oitava série, o autor resolve colocar um texto sobre as mulheres e suas lutas no final do século XX. Um ponto importante a destacar é que aparecem mais fotos e gravuras do que textos escritos, ou seja, há uma sucessão de imagens no livro sem reflexões que as contextualize. Em quase toda a coleção, as mulheres (nomeadas ou não) são apenas citadas, sem nada discorrer sobre elas nos textos.

A coleção de Mário Schmidt, embora esteja longe do ideal – pois na maioria das vezes, a mulher aparece superficialmente, não há uma discussão, incorporação da mulher ao processo histórico narrado, apenas cita, sem estabelecer (em vários momentos) uma relação direta com o texto – a coleção traz o assunto, não trata apenas da dona-de-casa, mas de várias participações sociais das mulheres, a militante política, a escrava, a índia, as mulheres perseguidas em alguns momentos políticos ou religiosos e, mesmo, de algumas mulheres que ficaram famosas pela sua atuação: Anita Garibaldi, Olga Benário, Princesa Isabel, Tarcila do Amaral, Domitila, Pagu, entre outras. O que demonstra a “falha” na incorporação do tema é que em grande parte a mulher é citada nos textos complementares, fotografias e gravuras, o autor ainda não coloca a mulher no processo, nos textos principais, que são a base do livro didático.

A coleção de Nelson e Claudino Piletti, comparando com outras obras, dá um pequeno salto com relação ao tema, aborda as mulheres nos movimentos populares (Canudos, Contestado, Cangaço, Revolta da Vacina), propõe alguns textos complementares seguidos de atividades para discussão sobre as mulheres negras escravas, as brancas da sociedade patriarcal, as índias. No entanto, em grande parte do livro, os autores citam e não desenvolvem o tema no texto didático básico.

Gilberto Cotrim está entre as coleções que menos abordam a história das mulheres. A pouca citação se resume a fotografias e gravuras ou algumas referências rápidas no texto

¹ As coleções de Livros Didáticos escolhidas para análise foram:

História, José Roberto Martins Ferreira, Editora FTD; Nova História Crítica, Mario Schmidt, Editora Nova Geração; Saber e Fazer História, História Geral e do Brasil, Gilberto Cotrim, Editora Saraiva; História Temática, Andréa Montellato, Conceição Cabrini, Roberto Catelli, Editora Scipione; História e Vida Integrada, Nelson Piletti e Claudino Piletti, Editora Ática; História: Cotidiano e Mentalidades, Eliete Rosa Toledo e Ricardo Queiroz Dreguer, Editora Saraiva.

principal. O interessante é que comparando os livros didáticos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio deste autor, tem-se tal surpresa, a mulher raramente é abordada nos livros de quinta a oitava série, enquanto que nos livros de Ensino Médio traz vários textos sobre o tema. Isso leva à informação que nem sempre o autor do livro é realmente quem o escreveu, mas apenas o autor que tem o nome conhecido suficientemente para vender o livro.

A coleção: “Para compreender a História” de Renato Mocellin é um dos poucos que aborda o tema no decorrer do texto principal, às vezes com itens específicos ou incorporando-o ao restante do conteúdo. Aliás, das coleções de livros didáticos analisados, esta é a única que aborda temas e bibliografias da historiografia recente sobre a mulher, sobre a prostituição, a inquisição no Brasil e outros assuntos.

Ao deparar-se a uma proposta metodológica diferenciada e inovadora, como é o caso da coleção: “História Temática”, espera-se que a abordagem dos conteúdos também fosse diferenciada, mas não é o que ocorre com relação a história das mulheres. A coleção frustra as expectativas do leitor que vai com essa busca, pois trata muito pouco sobre as mulheres.

Outra coleção que vai à contra-mão da sugestão apresentada é: “História: Cotidiano e Mentalidades”. Já que se diz que as mulheres não são abordadas, porque os autores seguem as listas canônicas de conteúdos, quando se propõe um livro que irá tratar do cotidiano e da mentalidade, espera-se que as mulheres sejam contempladas. Não é isso que se evidencia na coleção, os autores abordam a história das mulheres apenas nas partes chamadas: “cenas cotidianas” e não acrescenta nada muito interessante, ao contrário, repete várias vezes que a mulher ficava em casa, fazia serviços domésticos, cuidava das crianças, via revistas de moda, as mulheres pobres trabalhavam como lavadeiras, etc. Nessa coleção, dá-se a impressão que as mulheres não foram nada além de esposas, mães e donas-de-casa.

Mesmo que os autores não incorporem a história das mulheres por opção, o que deveria estar nos textos de apresentação é a explicação do por que dessa opção. Se escolherem uma abordagem tradicional dos conteúdos, podem pelo menos explicar, nessa abordagem, por que as mulheres não estão presentes, a mentalidade dos diferentes períodos sobre a mulher e por que ela ficou boa parte da história do Brasil relegada ao espaço privado. Muito pouco do que já foi produzido sobre as mulheres, foi incluído nos textos didáticos. O pouco que aparece tem um espaço secundário.

Esses livros possibilitam um pequeno começo na abordagem da mulher no material didático de História, os autores reconhecem a presença dessa discussão na historiografia, embora não escolham marcantemente o tema na definição dos conteúdos.

Pode-se perceber, que a pressão política e social dos movimentos de mulheres acaba por produzir a noção “politicamente correta” ou “moderna” da necessidade de introduzir a temática feminina nos materiais didáticos. Mas a forma pela qual essa apresentação ocorre indicia que a constituição da seqüência canônica de conteúdos, com raízes no século XIX, compõe um núcleo pouco permeável de informações / conhecimentos, sobre a qual as “modernizações” acabam por gerar apêndices, e não uma transformação intrínseca ao modo de selecionar conteúdos e contar a História do Brasil.

Diversos fatores podem ser apontados como causadores dessa situação. Inicialmente, em termos de produção do conhecimento, verifica-se que a própria história das mulheres teve um impacto aquém do esperado. Ao contrário do que acreditavam as historiadoras, o conhecimento produzido não transformou os paradigmas da disciplina. A história das mulheres não abalou as estruturas da historiografia, no máximo ampliou a visão sobre a história. Pode estar aí uma explicação para o fato de não existirem mudanças estruturais no livro didático, no que se refere à mulher. Se a própria historiografia ainda não reconhece na história das mulheres elementos de mudança da sua estrutura, a mediação didática não encontra subsídios para se sustentar.

Uma outra possibilidade de explicação é referente à própria lógica de mediação didática. A opção dos elaboradores de livros didáticos por não incluir as mulheres, sobretudo quando fora do seu “tradicional papel de mulher”, decorre muito provavelmente da concepção de uma narrativa didática, em que as grandes afirmações simplificam e generalizam as realidades e grandes relativizações acabariam por enfraquecer os argumentos ou gerar confusão entre os alunos. Assim, a equipe de produção do livro opta por não incluir narrativas, documentos e iconografia que possam relativizar os esquemas gerais de compreensão fornecidos. Se a opção narrativa – como ocorre na maior parte dos casos – é por uma simplificação e uma explicação mais ou menos homogênea e esquemática no tempo, no espaço e nas sociedades, os fatores que destoam desse esquematismo podem ser considerados enfraquecedores desse padrão explicativo, e, portanto, preteridos em função de outros exemplos que confirmam ou não se chocam com esse padrão.

É preciso considerar ainda os posicionamentos sociais quanto a determinados temas ligados à história das mulheres, que certamente fazem parte do cálculo de autores e editoras no momento de elaborar os livros. Embora a igualdade da mulher seja um direito em ascensão, reconhecido pelo poder público, pela legislação vigente e consolidado em diversas camadas da população, é forçoso reconhecer que a desvalorização da mulher persiste, e o machismo ainda articula o pensamento de uma parcela muito expressiva dos homens e mesmo

das mulheres. Esse fator pode colocar, para os produtores dos livros didáticos, uma representação "adequada" da mulher fora dos primeiros lugares em termos de prioridades a serem atendidas nos livros. Além disso, por envolver direta ou indiretamente os temas da sexualidade e das práticas sexuais, a historiografia acaba por não encontrar ressonância nos livros diante da ameaça desses serem recebidos com polêmica, rejeição e diminuição da vendagem. O conservadorismo no que se refere a essa discussão, sobretudo quando envolve a educação das crianças e adolescentes, é um fator presente mesmo em grupos sociais que politicamente não são conservadores. Ou seja, ao mesmo tempo em que o movimento das mulheres expressa uma demanda social de orientação temporal e representação no ensino, essa mesma sociedade pode acabar por impor limites e condicionamentos objetivos e subjetivos àquelas representações.

Por fim, um outro dado a destacar sobre os livros didáticos analisados é a ausência de relação direta entre avaliação e classificação da coleção no PNLD e a sua qualidade referente à história das mulheres. Foi possível verificar que livros muito bem avaliados pelo programa – como História e Vida Integrada ou História Temática – não sustentam uma discussão que seja considerada adequada no que se refere à integração da História das Mulheres na História do Brasil. Isso, certamente, não desautoriza o trabalho de avaliação desenvolvido, mesmo porque a avaliação é composta por vários critérios e o tratamento dispensado às mulheres é apenas mais um dentre todos eles, tendo peso restrito no conjunto dos quesitos. Esse dado permite estabelecer um questionamento no sentido de que a avaliação do PNLD pode estar parcialmente descolada de algumas demandas sociais contemporâneas. Isso porque, nas avaliações já publicadas, livros considerados bons não o são no que se refere ao tratamento da história das mulheres. Enquanto que outros com avaliações de qualidade próximas ao mínimo recomendável abordam a história das mulheres com um pouco mais de propriedade. Evidentemente, o critério que é utilizado neste trabalho para identificar a qualidade dos livros em função da história das mulheres pode não ser o mesmo do PNLD.

A incorporação da história das mulheres nos livros didáticos é importante na medida em que contribui para a formação de uma nova mentalidade em relação à mulher. Somente o assunto entrando em pauta nas discussões escolares e, por conseguinte em outras instâncias da sociedade, os preconceitos, a aceitação e respeito aos papéis desempenhados pela mulher na sociedade serão reavaliados. A tendência dos livros é rumar em direção à incorporação da história das mulheres para atender a demanda crescente na atualidade, diante da participação da mulher em todos os âmbitos da sociedade.

Referências

- BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, p. 29-42, set. 89/ fev. 90.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HARRIMAN, Helga H. **Women's history and the National Standards for World history: change and continuity**. *Journal of Women's History*. v. 9, n. 3, (Autumn 1997): 161 (3). *InfoTrac OneFile*. Thomson Gale. CAPES. 24 Apr. 2007.
- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- OSORIO, Soledad Deceano. **La Enseñanza de la Historia: Y las Imágenes de los Libros de Texto gratuitos**. *Revista Agenda*. México, N. 12, 2005. Disponível em: www.cch.unam.mx/historiagenda Acesso: 30/04/07.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.
- _____. El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992.